

SÉRIE
RELATÓRIO DE PESQUISA

**MERCADO DE TRABALHO PIAUIENSE:
PANORAMA ATUAL E IDENTIFICAÇÃO
DE GRUPOS (HISTORICAMENTE)
VULNERÁVEIS LABORALMENTE**



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – CEPRO**

**MERCADO DE TRABALHO PIAUIENSE: PANORAMA ATUAL E
IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS (HISTORICAMENTE) VULNERÁVEIS
LABORALMENTE**

RELATÓRIO DE ESTUDO E PESQUISA

**Juliano Vargas
Rebeca Maria Nepomuceno Lima
Roberth William Lima de Sousa
Júlia Barros Coelho**

**TERESINA – PI
2021**

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA

Maria Regina Sousa

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO

Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEPRO)

Liége de Souza Moura

DIRETOR DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (DEES)

Jairo Chagas

GERENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS (GECO)

Rebeca Nepomuceno

ELABORAÇÃO

Juliano Vargas

Rebeca Maria Nepomuceno Lima

Roberth William Lima de Sousa

Júlia Barros Coelho

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

NORMALIZAÇÃO

Adriana Melo Lima

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Cristiana de Moraes Nunes Melo

CAPA

Lis Melo

DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Lima do Santos

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo CRB - 13/842

Vargas, Juliano

V 297m Mercado de trabalho piauiense: panorama atual e identificação de grupos (historicamente) vulneráveis laboralmente / Juliano Vargas...[et al.]. – Teresina: Superintendência CEPRO/SEPLAN, 2021.

35 p. (Série Relatório de Pesquisa)

1. Piauí 2. COVID-19 3. Mercado de trabalho 4. Vulnerabilidade laboral

I. Lima, Rebeca Maria Nepomuceno II. Sousa, Roberth William Lima de III. Coelho, Júlia Barros IV. Título

CDU 331.45(812.2)

CORRESPONDÊNCIA**SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN****BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS**

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI.

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

E-mail: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que mencionada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O mundo do trabalho piauiense tem dificuldades históricas, sobretudo quanto à sua dinamicidade. Tais dificuldades foram alargadas e aprofundadas pela crise pandêmica da COVID-19, que afetou a economia e a sociedade global, nacional e estadual em diversos aspectos, sendo ainda mais evidentes quando se examina especificamente seu mercado laboral.

Nesse contexto, este estudo, elaborado pelo professor Dr. Juliano Vargas (DECON/PPGPP, Universidade Federal do Piauí), juntamente com a equipe técnica da CEPRO, tem a importante contribuição de evidenciar (a partir dos dados da PNAD) aspectos gerais do mercado de trabalho do Piauí, enfatizando os efeitos observados pela crise econômica e sanitária atual. Ademais, identifica-se os grupos historicamente mais vulneráveis laboralmente, o que permite a análise e implementação de políticas públicas mais assertivas, voltadas para os segmentos sociais mais desprotegidos diante dos desafios atuais.

Por fim, o estudo vislumbra alternativas de políticas públicas de curto e de longo prazo, relevantes para a melhoria das condições laborais e de vida da cidadania piauiense. Desse modo, o presente texto é bastante relevante para os gestores públicos e para a sociedade em geral.

Liége de Souza Moura

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEPRO)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo evidenciar os grupos sociais mais vulneráveis no mercado de trabalho piauiense, em face especialmente do contexto de crise provocado pela pandemia da COVID-19. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD – (IBGE, 2021) para analisar estatisticamente os principais aspectos do setor laboral do Piauí. Ademais, o estudo identificou como grupos mais vulneráveis laboralmente: as mulheres, os jovens entre 18 e 24 anos, as pessoas autodeclaradas pretas e as pessoas cuja escolaridade correspondiam ao ensino fundamental incompleto. Com isso, conclui-se que a vacinação em massa, a manutenção de transferência direta de renda e a concessão de crédito a baixo custo condicionado à proteção dos empregos, além de políticas afirmativas, medidas de incentivo ao primeiro emprego e à escolarização – especialmente no que se refere à conclusão do ensino fundamental, são políticas públicas importantes para a melhoria do mercado de trabalho do Piauí.

Palavras-chave: Piauí; COVID-19; mercado de trabalho; vulnerabilidade laboral.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO (MT) NO PIAUÍ.....	9
3 IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS (HISTORICAMENTE) VULNERÁVEIS LABORALMENTE NO PIAUÍ.....	13
3.1 Identificação do grupo mais vulnerável, por sexo	16
3.2 Identificação do grupo mais vulnerável, por idade	17
3.3 Identificação do grupo mais vulnerável, por nível de instrução	20
3.4 Identificação do grupo mais vulnerável, por cor ou raça.....	25
3.5 Relação salário por hora trabalhada	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E OBSERVAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	32
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Em 10 de março de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T) abrangendo o Brasil e suas Unidades Federativas (UFs), referentes ao 4º trimestre de 2020. Os dados oficiais servirão como fontes primárias para subsidiar um dos objetivos deste Estudo do Mercado de Trabalho Piauiense, que é o de analisar os aspectos mais gerais do labor no Estado. Para tanto, serão apresentados indicadores selecionados comparando o 4º trimestre de 2020 com o 4º de 2019 e com o 3º de 2020 no Piauí e, a título de ilustração argumentativa, destes indicadores contrastados com alguns dados do Brasil e de outras UFs.

O segundo objetivo do estudo é identificar a população em idade para trabalhar (em idade ativa, PIA) no que se refere às vulnerabilidades laborais piauienses, com base nos microdados da PNAD do 1º trimestre de 2020 (última referência disponível). Ambos os objetivos anteriores, uma vez considerados atingidos, serão seguidos por alternativas de políticas públicas como opções para mitigar os entraves diagnosticados. Introdutoriamente, na Tabela 1 constam dados gerais sobre a população total e a força de trabalho.

Tabela 1 – População total e força de trabalho – Piauí

Indicador	Mil pessoas			Variações percentuais	
	4º tri. 2019	3º tri. 2020	4º tri. 2020	4º tri. 2020/2019	4º tri./3º tri. 2020
População total	3.276	3.282	3.283	0,21	0,03
14 anos ou mais de idade	2.632	2.682	2.651	0,72	-1,16
Na força de trabalho	1.494	1.305	1.360	-8,97	4,21
Fora da força de trabalho	1.137	1.377	1.290	13,46	-6,32

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: excetuando-se a evolução da população total, os demais dados levam em conta apenas pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência da coleta das informações.

A metodologia empregada na análise teve caráter estatístico descritivo, utilizada para fins de caracterização e identificação do mercado de trabalho piauiense, bem como dos grupos mais vulneráveis.

2 INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO (MT) NO PIAUÍ

Para fins de análise, foram examinados os seguintes indicadores: taxa de desocupação, população desocupada, população ocupada, nível de ocupação, taxa composta de subutilização da força de trabalho, taxa de informalidade, empregados no setor privado com a carteira assinada, taxa de informalidade, taxa média de informalidade, categorias específicas de trabalho, massa de rendimento real habitual e rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

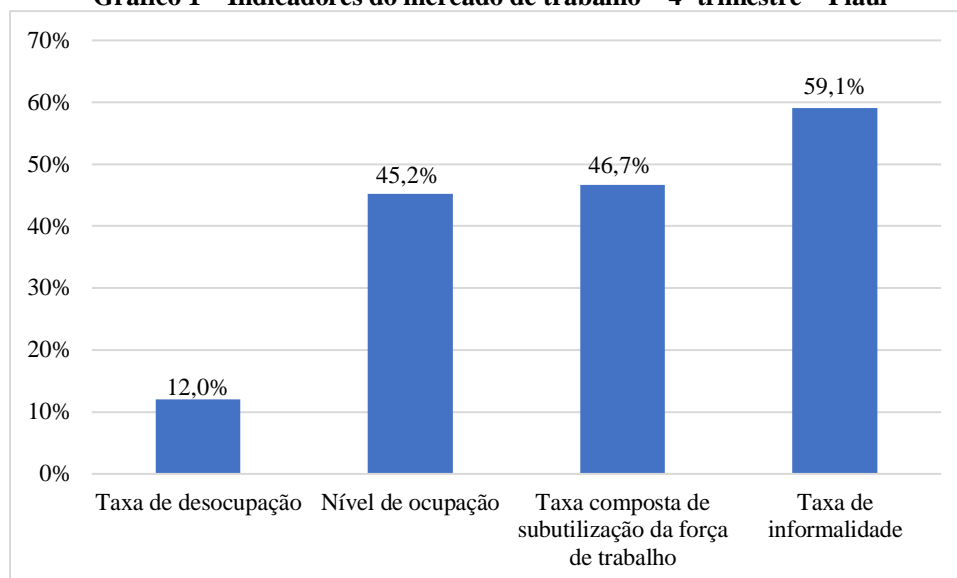
A **taxa de desocupação (desemprego)**, no Piauí, foi de 12% no 4º trimestre de 2020, comparativamente 0,8 p. p. menor do que no trimestre anterior e 1 p. p. menor em relação ao mesmo trimestre de 2019. Esteve 1,9 p. p. abaixo da média nacional (13,9 %) e 5,5 p. p. abaixo da média da região Nordeste do país (17,5%).

A **população desocupada** (163 mil pessoas) diminuiu 2,4% em relação ao trimestre anterior (quando eram 167 mil) e foi 16,4% menor em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (quando eram 195 mil). A **população ocupada** (1.197 milhão) majorou em 5,3% em relação ao trimestre anterior (60 mil pessoas a mais), mas é 9,4% menor se comparada ao mesmo trimestre de 2019 (103 mil pessoas a menos). O **nível de ocupação** – proporção de pessoas ocupadas dentro da população em idade de trabalhar – no 4º trimestre foi de 45,2% (de cada 100 piauienses com 14 anos ou mais, apenas 45 estavam trabalhando), nível 2,8 p.p. maior do que no 3º trimestre deste ano e 4,2 p.p. abaixo comparativamente ao 4º trimestre do ano passado.

No 4º trimestre de 2020, a **taxa composta de subutilização da força de trabalho** – percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada – no Brasil foi de 28,7% (1,6 p.p. menor do que no trimestre anterior). O Piauí (46,7%) apresentou a maior taxa dentre todas as UFs, seguido por Alagoas (46,6%) e Maranhão (44,7%). A título de comparação, Santa Catarina (com a menor taxa) apresentou 10,8%.

A **taxa de informalidade**¹, no Piauí, no 4º trimestre de 2020, foi de 59,1% (era 55,9% no 3º trimestre), sendo a terceira mais alta dentre todas as UFs (as maiores foram a do Maranhão, de 60,2%, e a do Pará, de 59,6%; a menor foi a de Santa Catarina, de 27,8%). A **taxa média de informalidade** do Piauí nos quatro trimestres de 2020 foi de 56,8% da população ocupada, enquanto a do Brasil foi de 38,7%.

¹A taxa de informalidade da população ocupada é a soma dos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada; empregadores sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); trabalhadores por conta-própria sem registro no CNPJ; trabalhadores familiares auxiliares.

Gráfico 1 – Indicadores do mercado de trabalho – 4º trimestre – Piauí

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Empregados no setor privado com carteira assinada (exclusive trabalhadores domésticos), no 4º trimestre de 2020, aumentaram em três mil pessoas, totalizando 219 mil. Percentualmente, estes representam 51,9% do total de empregados do setor privado no Piauí (queda de 2,24 p.p. frente ao trimestre anterior, ocupando o terceiro menor percentual dentre todas as UFs; o menor percentual registrado no Brasil foi o do estado do Maranhão (48,5%) seguido do Pará (51,4), enquanto o maior foi o de SC (87,9%). O número de empregados nesta categoria específica encolheu em 13 mil pessoas (-5,6%) em relação ao correspondente trimestre de 2019.

Quanto aos **empregados no setor privado sem carteira assinada** (exclusive trabalhadores domésticos), no 4º trimestre de 2020, estes somaram 203 mil pessoas, indicando aumento de 10,9% ante os 183 mil do 3º trimestre deste ano e queda de 2,9% ante as 209 mil do 4º trimestre de 2019. **Empregados no setor público** (somados os com e sem carteira, além dos militares e funcionários estatutários) eram 200 mil pessoas no 4º trimestre de 2020, contingente 1,5% maior do que no trimestre anterior (197 mil) e 3,8% menor do que no 4º trimestre de 2019 (208 mil).

A Tabela 2 mostra a evolução de algumas **categorias específicas de trabalho**. Em relação ao 3º trimestre de 2020, verifica-se neste último período sinais de retomada nas categorias dos trabalhadores domésticos (2,5%) e dos conta-própria (11,14%) (esta última é crescente trimestre após trimestre desde o início do período pandêmico). Já a dos empregadores (-28,88% e -17,94%) e a dos trabalhadores familiares auxiliares (-26,08 e -6,84%) apresentaram

encolhimentos nos dois períodos analisados, ou seja, na comparação do 4º trimestre de 2020 tanto com o imediatamente anterior quanto com o mesmo trimestre do ano anterior. Em termos totais/agregados, nestas categorias específicas de trabalho, no 4º trimestre 2020, foram laboralmente 35 mil pessoas em relação ao 3º trimestre 2020 (aumento de 6,45%); já na comparação com o 4º trimestre 2019 a defasagem é de 73 mil vagas (-11,23%).

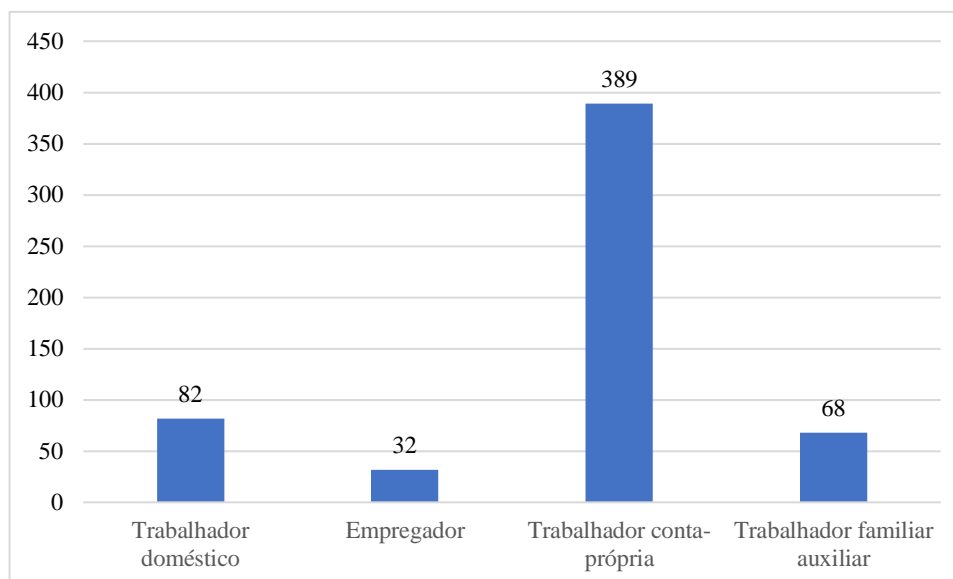
Tabela 2 – Categorias específicas de trabalho – Piauí

Categoria	Mil pessoas			Variações percentuais	
	4º tri. 2019	3º tri. 2020	4º tri. 2020	4º tri. 2020/2019	4º tri. /3º tri. 2020
Trabalhador doméstico	97	80	82	-15,46	2,50
Empregador	45	39	32	-28,88	-17,94
Trabalhador conta-própria	416	350	389	6,49	11,14
Trabalhador familiar auxiliar	92	73	68	-26,08	-6,84
Total/agregado	650	542	577	-11,23	6,45

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: trabalhador familiar auxiliar é a pessoa que trabalhava sem receber pagamento, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta-própria, empregador ou empregado.

Gráfico 2 – Categorias específicas de trabalho – 4º trimestre – Piauí – mil pessoas



Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

No que tange às **ocupações por grupamentos de atividade do trabalho principal**, a Tabela 3 ilustra a evolução de dez categorias distintas. Neste quesito, na comparação entre o 4º e o 3º trimestre de 2020, destacam-se o aprofundamento da contração dos grupamentos Alojamento e alimentação (-12,96%), Construção (-4,27) e Indústria geral (-2,44%), representado em conjunto a extinção de 14 mil postos de trabalho.

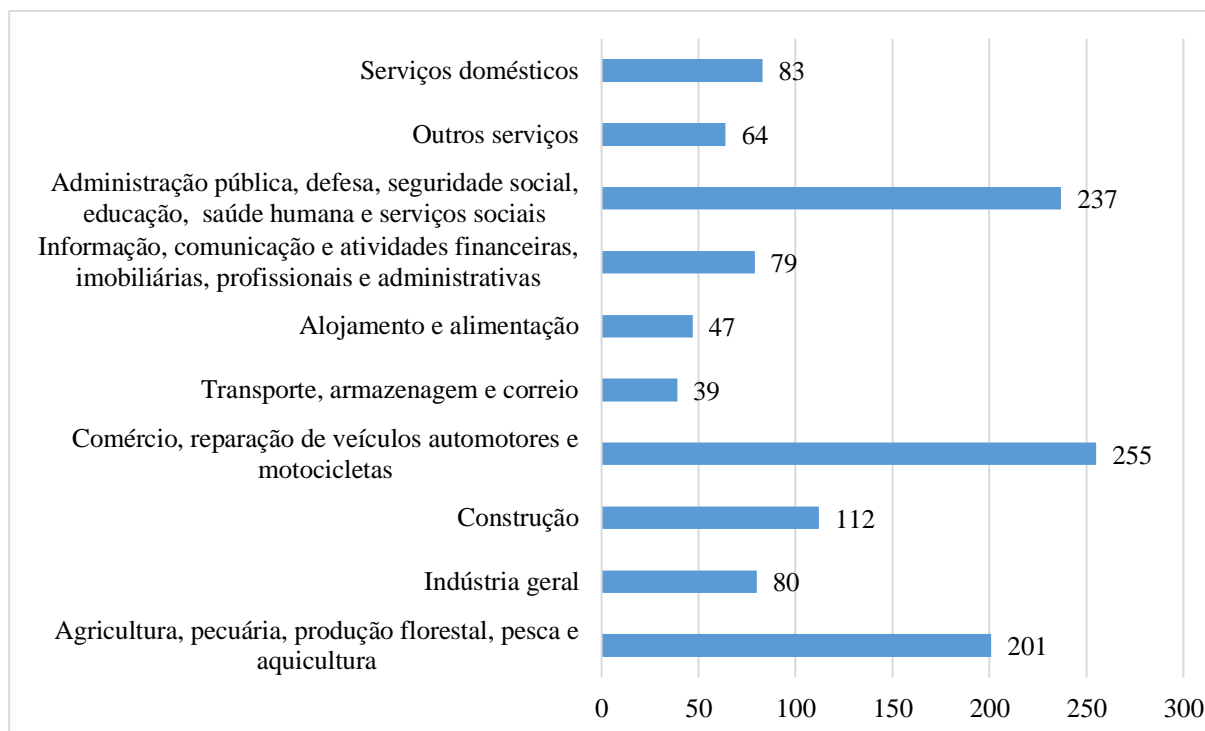
Entre estes mesmos períodos, geração relevante de ocupações ocorreu nos setores de Transporte, armazenagem e Correios (50%), Outros serviços (45,45%) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (8,65%), compondo somados a abertura de 49 mil postos de trabalho.

Considerando as dez ocupações por grupamentos selecionadas, verifica-se que entre o 3º e o 4º trimestre de 2020 o Piauí gerou – entre admissões e demissões – 59 mil postos de trabalho (aumento de 5,18%). Porém, se comparados os quartos trimestres de 2019 e 2020, verifica-se perda recente em números absolutos da ocupação nestas categorias, com uma diferença líquida negativa de 103 mil postos de trabalho (-7,92%).

Tabela 3 – Ocupações por grupamentos de atividade do trabalho principal – Piauí – mil pessoas

Grupamento	Mil pessoas			Variações percentuais	
	4º tri. 2019	3º tri. 2020	4º tri. 2020	4º tri. 2020/2019	4º tri. /3º tri. 2020
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	223	185	201	-9,86	8,65
Indústria geral	90	82	80	-11,11	-2,44
Construção	101	117	112	10,89	-4,27
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	270	237	255	-5,55	7,59
Transporte, armazenagem e Correios	40	26	39	-2,50	50,00
Alojamento e alimentação	76	54	47	-38,15	-12,96
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	76	79	79	3,94	0
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	256	232	237	-7,42	2,15
Outros serviços	69	44	64	-7,24	45,45
Serviços domésticos	99	82	83	-16,16	1,21
Total/agregado	1.300	1.138	1.197	-7,92	5,18

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Gráfico 3 - Ocupações por grupamentos de atividade do trabalho principal – Piauí – mil pessoas

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

A **massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas** foi de 1 bilhão, setecentos e setenta e sete milhões de reais no 4º trimestre de 2020, 8,1% maior do que o do trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.643 bilhão). Ressalta-se que o Piauí apresentou o segundo menor **rendimento médio real habitual de todos os trabalhos** recebido por mês, estimado em R\$ 1.573,00 (aumento de 1,6% ante os R\$ 1.547,00 do trimestre anterior) – o menor foi o maranhense (R\$ 1.399,00) e o maior foi o do Distrito Federal (R\$ 4.353,00) –, sendo que a média nacional foi de R\$ 2.238,00 (29,71% maior do que a média piauiense).

3 IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS (HISTORICAMENTE) VULNERÁVEIS LABORALMENTE NO PIAUÍ

A intenção nesta seção é identificar grupos laboralmente vulneráveis no Piauí. Para tal, utilizou-se a fonte de dados oficial mais recente do mercado de trabalho disponível para o Estado, que é a PNAD do primeiro trimestre de 2020 (IBGE-PNADC/T, 2021). Importante frisar que a proposta é identificar o grupo proporcionalmente mais vulnerável dentro de cada categoria de análise através da comparação de variáveis selecionadas, já que, por motivo ignorado pelos dados, há pessoas que em cada um destes grupos são vulneráveis individualmente. Nesse sentido, generalizações foram necessárias e especificidades foram suprimidas (ficando como possibilidades de investigação nos próximos relatórios).

Como a temática é ampla, delimitou-se como categorias de análise neste estudo as mais usuais no meio acadêmico, pois são divulgações estatísticas periódicas do IBGE. As desagregações se darão pelas seguintes categorias de análise: sexo, idade, nível de instrução e cor ou raça.

Ressalta-se que o panorama discutido nesta seção se refere ao primeiro trimestre de 2020, período anterior à eclosão da pandemia do novo coronavírus (que começou, de fato, nos últimos dias do mês de março), pois se considera que indicam acuradamente a realidade do mercado de trabalho piauiense sem as restrições de oferta e demanda laboral resultantes das medidas de distanciamento social. Nesse sentido, sabe-se que o resultado do período pandêmico (denotado a partir dos dados disponibilizados pela PNAD – COVID -19 até novembro de 2020, por exemplo) mostrou piores condições de trabalho e de remuneração de grupos historicamente vulneráveis laboralmente.

Na Tabela 4, as categorias de análise são apresentadas primeiramente para a população total. Verifica-se que, dentro de cada categoria analisada isoladamente em relação à população total do Estado (3.278 milhões de habitantes), a maioria da população piauiense é composta por mulheres (52,7%), tem faixa etária entre 40 e 59 anos de idade (25,2%), possui ensino fundamental incompleto (43%), além de se auto identificarem majoritariamente como da cor ou raça parda (71,8%). Destaque para o fato de que 79,5% da população total do Piauí apresenta 14 anos ou mais de idade (em idade laboral, com que pertencente à PIA²).

Tabela 4 – População total, por sexo, grupos de idade, nível de instrução e cor ou raça Piauí (1º trimestre de 2020) (continua)

Categoria	Grupo	Mil pessoas	%
População	Total	3.278	100
Sexo	Homens	1.551	47,3
	Mulheres	1.727	52,7
Idade	0 a 13 anos	670	20,5
	14 a 17 anos	201	6,1
	18 a 24 anos	352	10,7
	25 a 39 anos	689	21
	40 a 59 anos	826	25,2
	60 anos ou mais	540	16,5

²No primeiro trimestre de 2020, a população em idade não ativa (PINA) era de 30,07% da população total do Piauí (1.121 milhão de pessoas de 13 anos ou menos idade), correspondente à diferença entre a população total (3.728 milhões) e a PEA (2.607 milhões).

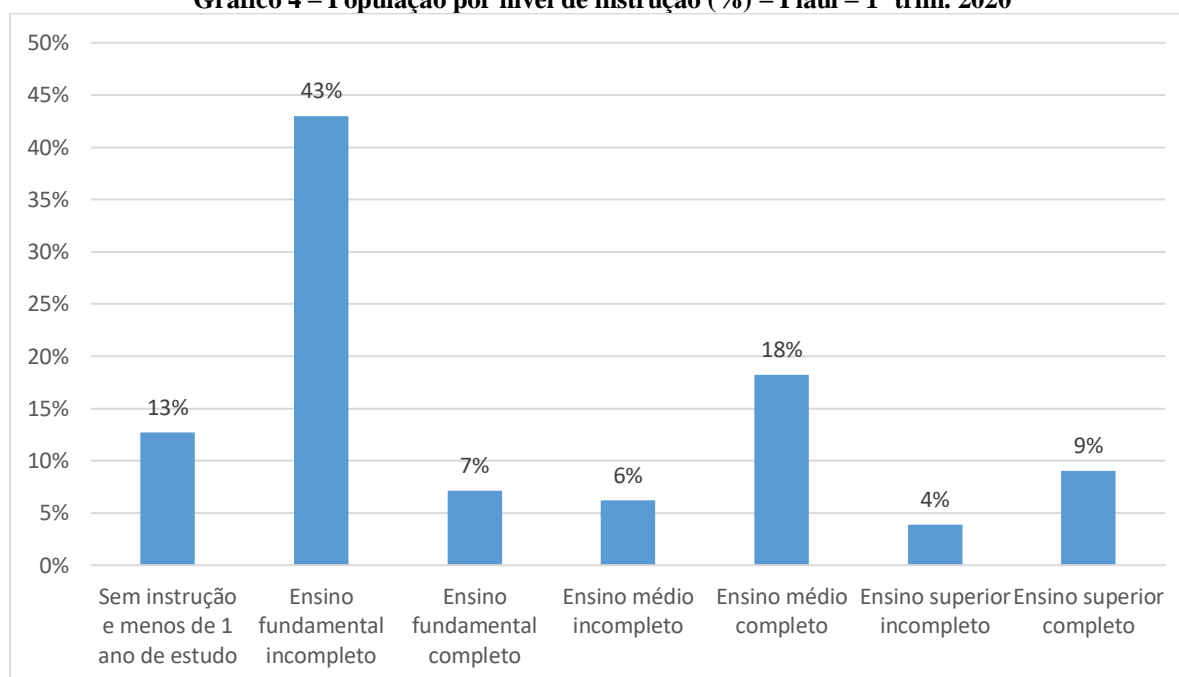
Tabela 4 – População total, por sexo, grupos de idade, nível de instrução e cor ou raça Piauí (1º trimestre de 2020) (conclusão)

Nível de instrução	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	391	12,7
	Ensino fundamental incompleto	1.324	43
	Ensino fundamental completo	217	7,1
	Ensino médio incompleto	191	6,2
	Ensino médio completo	560	18,2
	Ensino superior incompleto	120	3,9
	Ensino superior completo	277	9
Cor ou raça	Branca	594	18,1
	Preta	313	9,5
	Parda	2.353	71,8

Fonte: IBGE–PNADC/T (2021).

Nota: ensino fundamental, médio e superior ou seus respectivos equivalentes.

Gráfico 4 – População por nível de instrução (%) – Piauí – 1º trim. 2020



Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: ensino fundamental, médio e superior ou seus respectivos equivalentes.

3.1 Identificação do grupo mais vulnerável, por sexo

As informações de todas as tabelas seguintes levam em consideração apenas a PIA. Na Tabela 5, observa-se que a divisão por sexo entre homens e mulheres, em idade laboral, é praticamente a mesma verificada para a população total (diferença de 0.2 p.p.), mas sua participação proporcional no mercado de trabalho é distinta. As mulheres são em menor contingente como força de trabalho (43,7%) e, dentro deste grupo, em menor número tanto no que diz respeito à ocupação (43,4%) quanto à desocupação (45,7%). Já fora da força de trabalho, proporcionalmente as mulheres são quase dois terços daquelas com idade para trabalhar (63,1%), quase 30 p.p. acima dos homens (36,9%) na mesma condição.

Tal disparidade entre os sexos é atestada pela maior taxa de participação na força de trabalho dos homens (64,9%) na comparação com as mulheres – e, nesta categoria, seu maior nível de ocupação (56,3%) e de desocupação (8,6%). Além disso, comparativamente, os homens apresentam menor taxa de desemprego (13,2%) e taxa composta de subutilização da força de trabalho (41,8%). A partir disso, na análise isolada da categoria sexo, pode-se inferir que a inserção laboral das mulheres é globalmente menor do que a dos homens no mercado de trabalho piauiense, pois as primeiras proporcionalmente acessam menos oportunidades (ao menos do ponto de vista quantitativo) laboralmente.

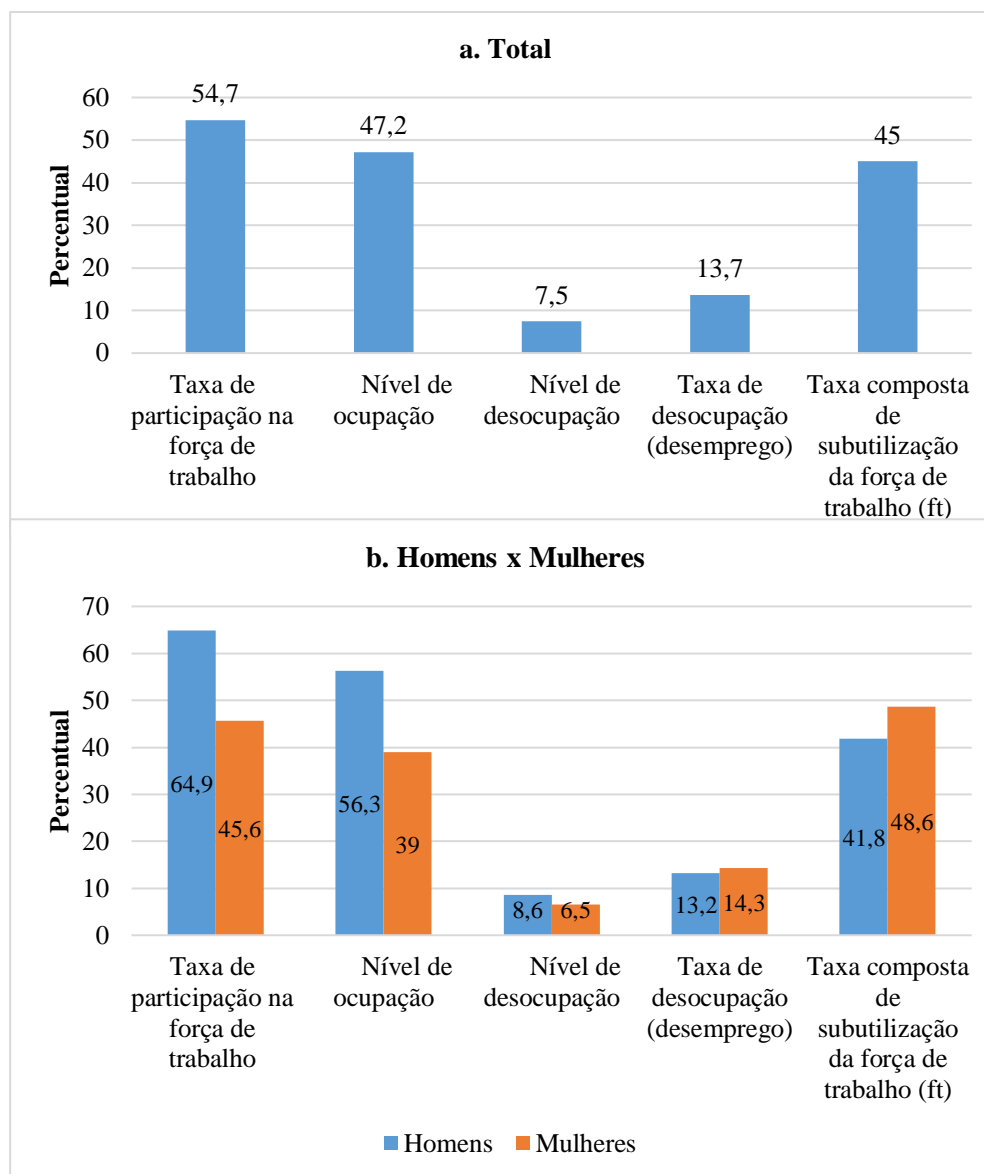
Tabela 5 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade: total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo – Piauí (1º trimestre de 2020)

Variável	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (em idade ativa, PIA)	2.607		1.238	47,5	1.369	52,5
Na força de trabalho	1.427		803	56,3	624	43,7
Ocupadas, na força de trabalho	1.232	100	697	56,6	534	43,4
Desocupadas, na força de trabalho	195		106	54,3	89	45,7
Fora da força de trabalho	1.180		435	36,9	745	63,1

Variável	Sexo (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Taxa de participação na força de trabalho	54,7	64,9	45,6
Nível de ocupação	47,2	56,3	39,0
Nível de desocupação	7,5	8,6	6,5
Taxa de desocupação (desemprego)	13,7	13,2	14,3
Taxa composta de subutilização da força de trabalho (ft)	45,0	41,8	48,6

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Gráfico 5 – Indicadores do mercado de trabalho por sexo (%) - Piauí – 1º trim. de 2020



Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

3.2 Identificação do grupo mais vulnerável, por idade

A Tabela 6 apresenta a categoria de análise correspondente à idade com as mesmas variáveis discriminadas anteriormente, agora dividida em cinco grupos distintos. Preliminarmente, algumas considerações devem ser feitas para se evitar exame precipitado. A primeira consideração refere-se à divisão por grupos de idade que compreende períodos heterogêneos entre si, diferentes em número de anos, significando que neste corte há desproporção entre as categorias sob análise (por exemplo, para o grupo específico entre 14 e 17 anos tem-se 4 anos contabilizados, ao passo que para o grupo entre 40 e 59 anos tem-se 20). Por isso, algumas comparações diretas entre os grupos não fazem sentido.

A segunda consideração é a de que o grupo de idade entre 14 e 17 anos, em grande medida, está concluindo a idade escolar, pois espera-se que proporcionalmente poucos componham a força de trabalho – são 201 mil pessoas em idade para trabalhar (7,7% da PIA), mas destas apenas 31 mil (2,2%) estão na força de trabalho em relação aos demais grupos. A terceira consideração é a de que muitas das pessoas com 60 anos ou mais saíram do mercado laboral (por aposentadorias, por opção dos empregadores por contratarem funcionários mais jovens, dentre outras), o que em muito explica, por exemplo, o alto percentual delas fora da força de trabalho – das 540 mil pessoas em idade para trabalhar deste grupo (20,7% da PIA), 414 mil (35,1%) estão nesta condição em relação aos demais grupos. Conclui-se que, salvo exceções apontadas diretamente no texto, o adequado para cada grupo de idade é observar suas variáveis em relação à sua própria PIA (que exprime sua representatividade global), verificando se comparativamente destoam (ou não) significativamente entre si.

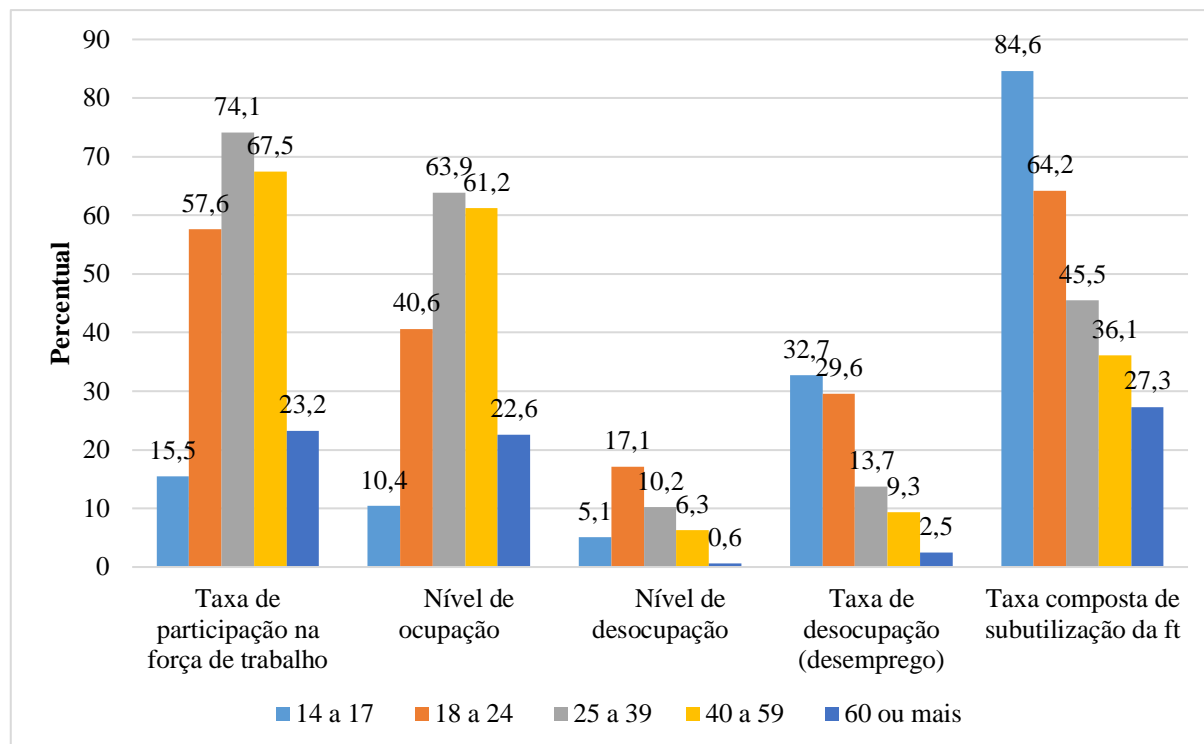
Feitos estes esclarecimentos preliminares, ao analisar isoladamente os dados para os grupos de idade (Tabela 6), pode-se inferir que aquele que comparativamente apresenta condição mais favorável no mercado de trabalho piauiense é o grupo das pessoas entre 40 e 59 anos de idade. Isto porque representam 31,7% das pessoas em idade para trabalhar no Piauí, compondo 39,1% da força de trabalho (7,4 p.p. acima da sua representatividade global), sendo as percentualmente mais ocupadas (41%) dentre todos os grupos. Apresentam ainda percentuais de desocupação (26,6%) e de pessoas fora da força de trabalho (22,8%) significativamente inferior à sua representatividade global (5,1 p.p. e 8,9 p.p., respectivamente).

Tabela 6 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade: total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por grupo de idade – Piauí (1º trimestre de 2020)

Variável	Grupo de idade (anos)										
	Total	14 a 17		18 a 24		25 a 39		40 a 59		60 ou mais	
	(Mil) = 100%	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (PIA)	2.607	201	7,7	352	13,5	689	26,4	826	31,7	540	20,7
Na força de trabalho	1.427	31	2,2	203	14,2	510	35,8	558	39,1	125	8,8
Ocupadas, na força de trabalho	1.232	21	1,7	143	11,6	440	35,7	506	41,0	112	9,9
Desocupadas, na força de trabalho	195	10	5,2	60	30,7	70	35,9	52	26,6	3	1,6
Fora da força de trabalho	1.180	170	14,4	149	12,6	178	15,1	269	22,8	414	35,1

Variável	Grupo de idade (anos) (%)										
	Total	14 a 17		18 a 24		25 a 39		40 a 59		60 ou mais	
Taxa de participação na força de trabalho	54,7	15,5		57,6		74,1		67,5		23,2	
Nível de ocupação	47,2	10,4		40,6		63,9		61,2		22,6	
Nível de desocupação	7,5	5,1		17,1		10,2		6,3		0,6	
Taxa de desocupação (desemprego)	13,7	32,7		29,6		13,7		9,3		2,5	
Taxa composta de subutilização da ft	45,0	84,6		64,2		45,5		36,1		27,3	

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Gráfico 6 - Indicadores do mercado de trabalho por grupo de idade em anos (%) – Piauí – 1º trim. de 2020

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Já a condição do grupo de idade entre 18 e 24 anos é a que mais chama a atenção por seus indicadores laborais desfavoráveis. Consistem em 13,5% das pessoas em idade para trabalhar no Piauí e compõem 14,2% da força de trabalho. Destas, 11,6% estão ocupadas e 30,7% desocupadas (2,9 p.p. abaixo de sua representatividade global enquanto grupo no primeiro caso e 17,2% acima no segundo caso). Fora da força de trabalho são 12,6%, o que denota (combinado aos demais dados) entraves para que se insiram profissionalmente.

A dificuldade de inserção dos jovens entre 18 e 24 anos no MT piauiense é reforçada pelas relações entre a taxa de participação na força de trabalho (57,6%, 2,9 p.p. acima do percentual total para este mesmo quesito) com seu baixo nível de ocupação (40,6%, figurando 17 p.p. abaixo da sua taxa de participação; maior diferença comparativamente com os demais grupos) e por apresentar o maior nível de desocupação (17,1%) dentre todos os grupos. Não obstante, são também o segundo grupo de idade com a maior taxa de desemprego (29,6%) e com maior taxa composta de subutilização da força de trabalho (64,2%) – atrás justamente do grupo entre 14 e 17 anos que, conforme descrito anteriormente, tem grande parcela de seus integrantes em idade escolar. Com isso, na análise isolada da categoria idade, depreende-se que a inserção laboral daqueles entre 18 e 24 anos é globalmente menor do que a dos demais grupos, com que proporcionalmente os jovens dessa faixa etária acessam menos oportunidades (ao menos do ponto de vista quantitativo) laboralmente.

3.3 Identificação do grupo mais vulnerável, por nível de instrução

A Tabela 7 remete à categoria de análise correspondente ao nível de instrução, constituída das mesmas variáveis discriminadas nas Tabelas 5 e 6. Aparece segmentada em sete grupamentos, apresentados da menor para a maior quantidade de escolaridade formal cursada. Por suas especificidades, aqui algumas considerações também devem ser feitas para realizar diagnósticos mais assertivos. A primeira consideração diz respeito ao significativo contingente de pessoas do grupo com 14 anos ou mais de idade sem instrução e com menos de um ano de estudo (274 mil pessoas padecem de analfabetismo absoluto, o equivalente a 10,5% da PIA). Comparativamente, no Brasil este indicador é de 5%. Grosso modo, pode-se inferir que, deste contingente, fazem parte sobretudo as pessoas com cerca de 40 anos ou mais de idade³ que sequer acessaram o processo de educação formal, excluídos dele por motivo ignorado pelos dados aqui analisados. Não é por acaso que este grupo tem a menor taxa de participação na força de trabalho (21,8%, em termos absolutos, significativamente a menor em relação aos demais grupos). Ao mesmo tempo, em termos relativos, este laboralmente não é – do ponto de vista exclusivamente estatístico – o grupo mais vulnerável para a categoria de análise nível de instrução. Isto porque, de todas as pessoas que compõem este grupo específico, o nível de desocupação é de apenas 1,8% e somente 8,4% estão desempregadas (significativamente abaixo das médias totais de 7,5% e 13,7% no Estado, respectivamente).

A segunda consideração é a baixa proporção da PIA com ao menos o ensino médio completo no Piauí (36,7%), enquanto no Brasil este percentual é de 49,5%. Assumindo que ter o ensino médio completo é um requisito básico para ter disponibilidade de mão de obra com qualificação técnica e/ou especializada, salienta-se que este é um aspecto sensível do mercado laboral do Piauí. Disto denota-se, por exemplo, que há desvantagem relativa para competir com outras UFs na implantação/manutenção de atividades econômicas que demandem/gerem empregos de maior qualidade e remuneração.

³ Para este contingente populacional, o estudo não era obrigatório por força de lei nos seus anos de juventude, ao contrário do que ocorreu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu artigo 4º, parágrafo I, define como dever do Estado garantir “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) e dever dos responsáveis legais matricular a criança no ensino fundamental até que ela complete 14 anos de idade. Contudo, frisa-se que é equivocado assumir que a dinâmica demográfica por si só (via sucessão geracional) é capaz de extinguir o analfabetismo absoluto. Políticas públicas são indispensáveis para erradicá-lo, bem como o analfabetismo funcional (pessoas que demonstram incapacidade de compreender textos simples e/ou indivíduo maior de quinze anos possuidor de escolaridade inferior a quatro anos letivos).

Feitas as considerações julgadas pertinentes, passemos à análise por grupos. Por nível de instrução, o grupo menos vulnerável, no mercado de trabalho, é o com ensino superior completo. Compõem 10,6% da PIA (o menor grupo, quantitativamente equiparado aos sem instrução e com menos de um ano de estudo), mas representam 16,6% da força de trabalho e 18,2% das pessoas nela ocupadas. Desocupadas na força de trabalho são apenas 6,5% e fora dela tão somente 3,4%. Além disso, apresentam os melhores indicadores dentre todos os grupos para as taxas e níveis sob análise: maior taxa de participação na força de trabalho (85,5%) e de nível de ocupação (80,9%), com menor nível de desocupação (4,6%) e taxa de desemprego (5,4%). Verifica-se que, conforme consagrado pela literatura econômica para qualquer que seja a população, concluir esta etapa da formação educacional aumenta consideravelmente as chances de inserção laboral no Piauí.

Tabela 7 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade: total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por nível de instrução – Piauí (1º trimestre de 2020)

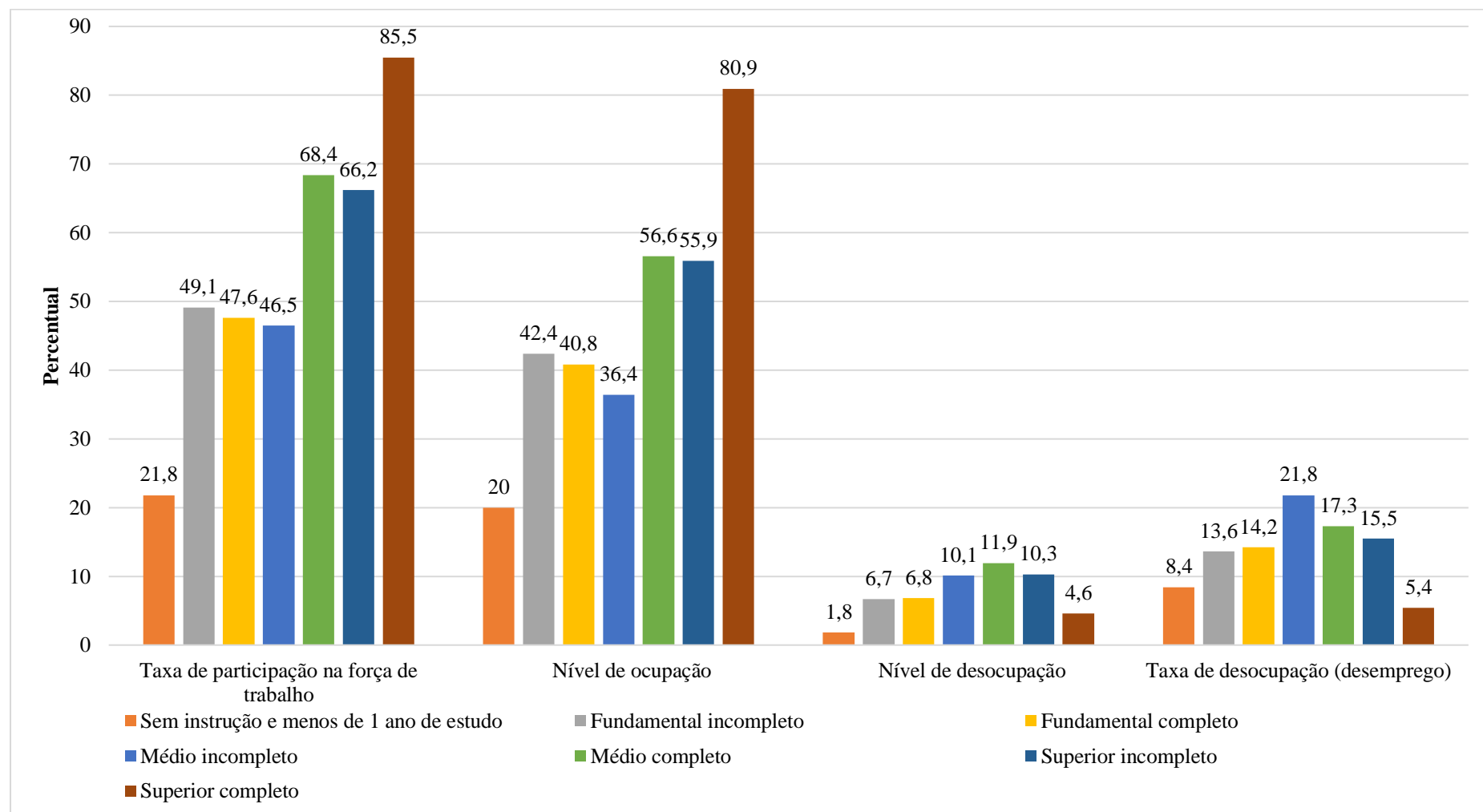
Variável	Nível de instrução															
	Total		Sem instrução e menos de 1 ano de estudo		Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio incompleto		Médio completo		Superior incompleto		Superior completo	
	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (PIA)	2.607		274	10,5	969	37,2	217	8,3	191	7,3	560	21,5	120	4,6	277	10,6
Na força de trabalho	1.427		60	4,2	476	33,3	103	7,2	89	6,2	383	26,9	79	5,6	237	16,6
Ocupadas, na força de trabalho	1.232	100	55	4,4	411	33,4	89	7,2	69	5,6	317	25,7	67	5,4	224	18,2
Desocupadas, na força de trabalho	195		5	2,6	65	33,2	15	7,5	19	9,9	66	34,0	12	6,3	13	6,5
Fora da força de trabalho	1.180		214	18,1	493	41,8	114	9,6	102	8,6	177	15,0	41	3,4	40	3,4

Variável	Nível de instrução (%)							
	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
Taxa de participação na força de trabalho	54,7	21,8	49,1	47,6	46,5	68,4	66,2	85,5
Nível de ocupação	47,2	20	42,4	40,8	36,4	56,6	55,9	80,9
Nível de desocupação	7,5	1,8	6,7	6,8	10,1	11,9	10,3	4,6
Taxa de desocupação (desemprego)	13,7	8,4	13,6	14,2	21,8	17,3	15,5	5,4

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: taxa composta de subutilização da força de trabalho indisponível para esta variável.

Gráfico 7 – Indicadores do mercado de trabalho por nível de instrução (%) – Piauí – 1º trim. de 2020



Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: taxa composta de subutilização da força de trabalho indisponível para esta variável.

Já o grupo mais vulnerável, na categoria de análise nível de instrução, é o circunscrito ensino fundamental incompleto. Pela Tabela 7, percebe-se que, relativamente aos demais grupos, este é o que apresenta o maior indicador para a PIA (37,2%, o correspondente a 969 mil pessoas em idade para trabalhar, o maior dentre todas as UFs); no Brasil é 28,9%. Isto também vale para o total da força de trabalho disponível no Estado do Piauí (33,3%; destas, também em relação à totalidade no Estado, 33,4% estão ocupadas e 33,2% desocupadas), bem como no total das pessoas fora da força de trabalho (41,8%). São números significativamente expressivos se analisados conjuntamente, revelando que grande parte da mão de obra disponível possui baixo nível de escolaridade formal e, comumente, baixa especialização e qualificação profissional.

Ademais, a taxa de participação na força de trabalho deste grupo é de 49,1% (5,6 p.p. abaixo do percentual total para este mesmo quesito) com elevado nível de ocupação (42,4%) e baixo nível de desocupação (6,7%). A taxa de desemprego é de 13,6%, abaixo da média dos demais grupos (exceção aos analfabetos absolutos e aos com superior completo). O conjunto de dados deste e do parágrafo anterior soam revelar baixa dinâmica laboral compatível às atividades econômicas existentes no Piauí, em sua maioria de baixa complexidade produtiva. Isto porque, apesar do grande contingente da PIA com o ensino fundamental incompleto, este grupo tem alto nível de ocupação e baixa taxa de desemprego comparativamente aos demais grupos por nível de instrução. Logo, este é o grupo mais vulnerável não exatamente pela alta taxa de desemprego, mas sim pelas condições laborais precárias e pelas baixas remunerações médias delas auferidas (vide Tabela 10). Assim, a baixa qualificação no mercado de trabalho acarreta tanto em dificuldade de dinamicidade produtiva da economia local quanto em níveis de renda relativamente baixos para este grupo social, aprofundando desigualdades.

Por isso, da análise isolada da categoria nível de instrução, depreende-se que a inserção laboral do grupo fundamental incompleto é relativamente menor do que a dos demais grupos, com que globalmente estes acessam menos oportunidades (ao menos do ponto de vista quantitativo) laboralmente⁴.

⁴ Um destaque importante nesta categoria de análise é a maior taxa de desemprego das pessoas em idade para trabalhar do grupo ensino médio incompleto (21,8%) dentre todos os demais grupos. Isto reforça a hipótese levantada, de que há baixa dinâmica laboral compatível às atividades econômicas existentes no Piauí, em sua maioria de baixa complexidade produtiva.

3.4 Identificação do grupo mais vulnerável, por cor ou raça

A Tabela 8 expõe a categoria de análise correspondente a cor ou raça com as mesmas variáveis discriminadas nas Tabelas 5, 6 e 7. Aqui aparecem desagregadas nas seguintes agrupações: branca, preta e parda. Por suas especificidades, algumas considerações também devem ser feitas para se evitar vieses analíticos. A primeira consideração a ser feita refere-se que, dentre as quatro categorias de análise, a de cor ou raça é singular por ser autodeclarada. Pelo escopo deste estudo – de análise de estatística descritiva – não se discute as tantas nuances que influenciam a autoidentificação, ainda que se considere importante frisar que têm fundamentos nas trajetórias/circunstâncias pessoais de cada indivíduo articulada a uma estrutura racial brasileira de múltiplos componentes.

A segunda consideração é de que na Tabela 8, a soma dos percentuais da PIA no Piauí soma 99,4%, o que significa que 0,6% da população em idade para trabalhar no Estado autodeclarou-se ou amarela ou indígena ou consta como sem declaração. Isto representa quinze (15) mil pessoas⁵ contidas na coluna de nome “Total”, mas não identificadas por seus grupos específicos, conforme critério adotado pelo IBGE (2021). Por não serem consideradas nos dados oficiais divulgados, estatisticamente não se pode fazer inferência(s) sobre elas.

A terceira consideração a ser feita direciona para a grande magnitude da cor ou raça parda em relação à branca e à preta, já que àqueles compõem pouco menos de três quartos (71,4%) da PIA do Piauí. Estes números são aproximadamente os mesmos para sua participação na força de trabalho (71,6%) e fora dela (71,2%), enquanto seu nível de desocupação (7,4%) e taxa de desemprego (13,5%) estão próximos à média para o Piauí (7,5% e 13,7%, respectivamente). Sua expressividade se dá sobretudo em termos absolutos (o que por si só merece atenção), mas não é o grupo mais vulnerável nesta categoria de análise. Lembrando que, pelos critérios do IBGE, a soma das populações de cor ou raça parda e preta compõem a população negra, que juntas constituem 81,9% da população (2,135 milhões de pessoas) em idade para trabalhar no Piauí.

Feitas estas três considerações, analisemos os três grupamentos dispostos na Tabela 8. Pelos dados selecionados, pode-se inferir que as pessoas em idade para trabalhar autoidentificadas como da cor ou raça branca aparecem em condições mais favoráveis no mercado de trabalho piauiense. Estas constituem 17,5% da PIA, sendo 17,4% da força de trabalho, 17,6% das ocupadas e 16,5% desocupadas (1 p.p. menor em relação a sua participação na PIA). Este último dado denota que das pessoas brancas que buscam emprego, proporcionalmente ao seu tamanho na PIA, são o menor contingente sem encontrá-lo.

⁵ Resultado do seguinte cálculo: Total (2.607) - Branca (457) - Preta (273) - Parda (1.862) = 15 mil pessoas.

Além disso, o grupo de cor ou raça branca, que tem a menor taxa de participação na força de trabalho (54,4%) na comparação com os demais grupos e com o total da PIA (54,7%), detém o maior nível de ocupação (47,4%), o menor nível de desocupação (7%) e a menor taxa de desemprego (12,9%) relativamente aos demais grupos.

Tabela 8 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade: total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por cor ou raça – Piauí (1º trimestre de 2020)

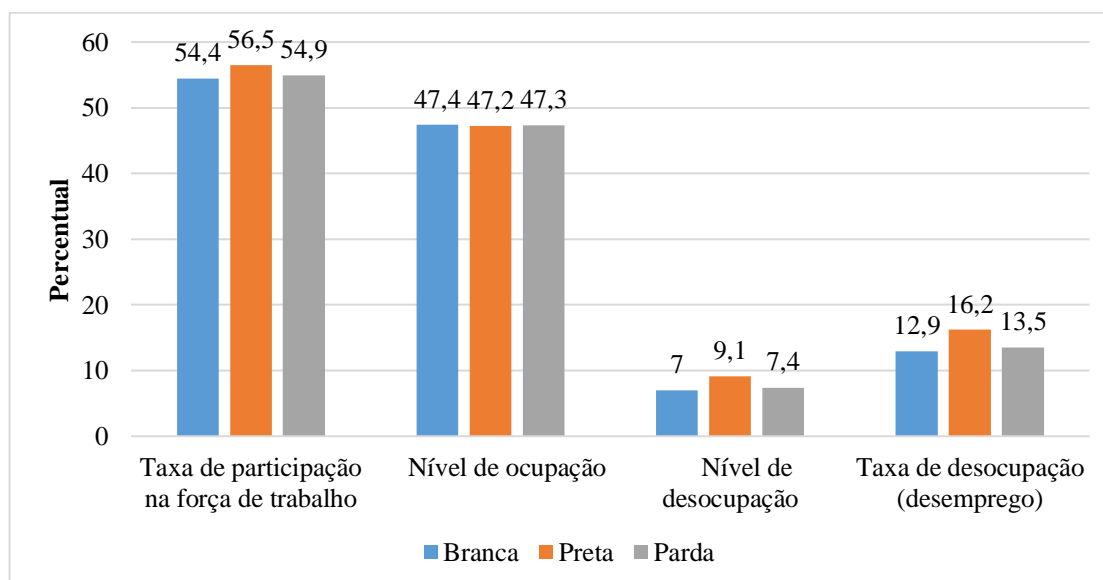
Variável	Cor ou raça					
	Total	Branca		Preta		Parda
	(Mil) = 100%	(Mil)	(%)	(Mil)	(%)	(Mil) (%)
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (PIA)	2.607	457	17,5	273	10,5	1.862 71,4
Na força de trabalho	1.427	248	17,4	154	10,8	1.022 71,6
Ocupadas, na força de trabalho	1.232	216	17,6	129	10,5	884 71,7
Desocupadas, na força de trabalho	195	32	16,5	25	12,8	138 70,8
Fora da força de trabalho	1.180	208	17,7	119	10,1	840 71,2

Variável	Cor ou raça (%)			
	Total	Branca	Preta	Parda
Taxa de participação na força de trabalho	54,7	54,4	56,5	54,9
Nível de ocupação	47,2	47,4	47,2	47,3
Nível de desocupação	7,5	7,0	9,1	7,4
Taxa de desocupação (desemprego)	13,7	12,9	16,2	13,5

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: taxa composta de subutilização da força de trabalho indisponível para esta variável.

Gráfico 8 – Indicadores do mercado de trabalho por cor ou raça (%) – Piauí – 1º trim. de 2020



Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Nota: taxa composta de subutilização da força de trabalho indisponível para esta variável.

Pela Tabela 8, observa-se que o grupo mais vulnerável dentre os três em tela é o correspondente a cor ou raça preta. É o menor dos grupos observados pelo IBGE (10,5%, o correspondente a 273 mil pessoas), sendo o que comparativamente apresenta os piores indicadores para todas as variáveis existentes. Fora da força de trabalho são 119 mil (10,1%). Na força de trabalho são 154 mil pessoas (10,8% da PIA, 0,3 p.p. acima de sua PIA), distribuídas entre 129 mil ocupadas (10,5% da PIA) e 25 mil desocupadas (12,8%, isto é, 2,3 p.p. maior em relação à sua participação na PIA). Observando o percentual de pessoas desocupadas, tem-se relação inversa daquela verificada para a PIA de cor ou raça autodeclarada branca, com àquelas pretas que buscam emprego, proporcionalmente ao seu tamanho na PIA, pois são o maior contingente sem encontrá-lo.

Não obstante, a taxa de participação na força de trabalho deste grupo é de 56,5%, com o nível de ocupação de 47,2% e o de desocupação de 9,1% (respectivamente o menor e o maior nível dentre todos grupos selecionados). A taxa de desemprego é de 16,2%, 2,5 p.p. acima da PIA (13,7%) e significativamente maior na comparação com as pessoas brancas (12,9%) e pardas (13,5%). Dado o conjunto de informações que constituem a Tabela 8, para a categoria cor ou raça, conclui-se que a inserção laboral das pessoas autodeclaradas pretas é relativamente menor do que a dos demais grupos, com que globalmente estes acessam menos oportunidades (ao menos do ponto de vista quantitativo) laboralmente.

3.5 Relação salário por hora trabalhada

A Tabela 9 trata de outro aspecto importante para o diagnóstico dos grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho piauiense, qual seja, a média de horas habitualmente trabalhadas por semana, no trabalho principal e em todos os trabalhos. Observa-se que as mulheres trabalham menos horas em comparação aos homens⁶, tanto no trabalho principal (30,3) quanto em todos os trabalhos (31,3); diferença desfavorável de 4,5 (12,93%) horas no primeiro caso e de 4,7 (13,05%) horas no segundo.

Quanto aos grupos de idade, verifica-se que aqueles entre 14 e 17 anos trabalham menos horas em comparação aos demais grupamentos: 17,9 no trabalho principal e 18,3 em todos os trabalhos. Estes dados podem ser explicados essencialmente por dois motivos: i) como afirmado anteriormente, em grande medida estão concluindo a idade escolar (espera-se que

⁶ Vale ressaltar que na Tabela 9 foram computadas apenas as horas efetivamente remuneradas, o que ignora tema recorrente na literatura econômica referente à dupla jornada laboral, em que (na média) as mulheres dispõem mais horas de trabalho não remuneradas nas atividades domiciliares na comparação com os homens.

conciliem/dividam o tempo de trabalho com o de estudos); ii) por conta do motivo anterior, não raro ocupam postos de trabalho em tempo parcial. Isto fica mais evidente na comparação com o grupo de idade entre 40 e 59 anos de idade, que nesta categoria de análise específica, em média, trabalha mais horas: 34,2 no trabalho principal e 35,9 em todos os trabalhos. A diferença entre aqueles de 14 a 17 anos e os de 40 a 59 anos é de 16,3 horas (47,67%) no que diz respeito ao trabalho principal e de 17,6 (50,97%) quando se trata de todos os trabalhos em favor do segundo grupo.

Todavia, dentro da categoria de análise grupos de idade – pelos dados apresentados na Tabela 6 – afirmamos que os mais vulneráveis laboralmente são as pessoas que estão entre 18 e 24 anos. Sua vulnerabilidade laboral aqui é reforçada pelo fato de serem o grupo que menos horas trabalham dentre as pessoas que não estão em idade escolar, tanto no trabalho principal (31,5) quanto em todos os trabalhos (32).

Essa ponderação pode ser suavizada ao se considerar que parcela expressiva deste grupo esteja cursando o ensino superior e/ou em busca do primeiro emprego (em geral, com características mais precárias e instáveis), contudo, isso por si só não compromete o argumento geral da vulnerabilidade deste grupo específico. Isto porque, ao fim e ao cabo, todos os grupos apresentam contingências ao longo da vida laboral (assume-se que, depois da idade escolar, as pessoas fazem as escolhas livremente dentro das suas circunstâncias laborais – sujeitas às restrições de opções e oportunidades).

Tabela 9 – Média de horas habitualmente trabalhadas por semana, no trabalho principal e em todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, grupo de idade, nível de instrução e cor ou raça – Piauí (1º trimestre de 2020)

Categoria	Grupo	No trabalho principal	Em todos os trabalhos
Sexo	Homens	34,8	36,0
	Mulheres	30,3	31,3
Idade	14 a 17 anos	17,9	18,3
	18 a 24 anos	31,5	32,0
	25 a 39 anos	33,8	35,1
	40 a 59 anos	34,2	35,9
	60 anos ou mais	31,6	32,2
Nível de instrução	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	26,1	26,7
	Ensino fundamental incompleto	30,5	31,0
	Ensino fundamental completo	32,7	33,8
	Ensino médio incompleto	32,1	33,2
	Ensino médio completo	35,2	36,1
	Ensino superior incompleto	35,3	36,1
	Ensino superior completo	34,8	37,6
Cor ou raça	Branca	34,3	35,9
	Preta	33,1	34,5
	Parda	32,4	33,4

Fonte: IBGE-PNADC/T (2021).

Até porque a ponderação anterior – de que um motivo para parcela expressiva das pessoas entre 18 e 24 anos trabalharem menos horas é por estarem cursando ensino superior – é desfeita ao se observar, dentro do grupo níveis de instrução, a maior carga horária média trabalhada: no trabalho principal são justamente os de ensino superior incompleto os que dispendem mais horas (35,3), enquanto em todos os trabalhos (36,1) vem somente atrás dos que detêm o ensino superior completo (37,6). Na outra ponta, trabalhando menos horas, estão as pessoas de 14 anos ou mais de idade: 1º) sem instrução e de 1 ano de estudo, com 26,1 horas no trabalho principal e 26,7 em todos os trabalhos; 2º) ensino fundamental incompleto, com 30,5 horas no trabalho principal e 31 em todos os trabalhos.

Além disso, resta evidente na observação da Tabela 8 que, pelos dados divulgados, quanto maior o nível de instrução, maior a média tendencial (linear) de horas habitualmente trabalhadas por semana, no trabalho principal e em todos os trabalhos. Neste sentido, a diferença de quase onze (11) horas a mais trabalhadas por quem tem ensino superior completo em relação aos sem instrução e menos de 1 ano de estudo em todos os trabalhos é emblemática, denotando o maior leque de possibilidades de auferir renda extra pelas pessoas com mais anos de estudo (esta lacuna é menor, de 8,7 horas, quando observamos as do trabalho principal).

Ainda de acordo com a Tabela 8, o grupo de cor ou raça que trabalha mais horas habitualmente por semana é o das pessoas autodeclaradas brancas, com 34,3 no trabalho principal e 35,9 em todos os trabalhos. Por outro lado, são as autodeclaradas pardas as que trabalham menos horas: 32,4 e 33,4 respectivamente. Vale notar que não são a parcela da PIA compostas pela cor ou raça preta a que trabalha menos horas, indicada como pertencente ao grupo mais vulnerável; estas laboram 33,1 e 34,5 respectivamente.

Tabela 10 – Rendimento médio real (R\$), habitualmente recebido por mês, do trabalho principal e em todos os trabalhos, por sexo, grupo de idade, nível de instrução e cor ou raça – Piauí (1º trimestre de 2020)
(continua)

Categoria	Grupo	No trabalho principal (1)		Em todos os trabalhos (2)		Variações (2)/1)
		(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(%)
Sexo	Homens	1.490	-	1.591	-	6,78
	Mulheres	1.171	- 21,41	1.240	- 22,06	5,89
Idade	14 a 17 anos	249	-	249	-	0
	18 a 24 anos	783	214,46	800	221,29	2,17
	25 a 39 anos	1.307	66,92	1.408	76,00	7,73
	40 a 59 anos	1.609	23,11	1.720	22,16	6,90
	60 anos ou mais	1.273	-20,88	1.304	-24,19	2,43

Tabela 10 – Rendimento médio real (R\$), habitualmente recebido por mês, do trabalho principal e em todos os trabalhos, por sexo, grupo de idade, nível de instrução e cor ou raça – Piauí (1º trimestre de 2020) (conclusão)

Categoria	Grupo	No trabalho principal (1)		Em todos os trabalhos (2)		Variações (2)/1
		(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(%)
	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	467	-	483	-	3,43
	Ensino fundamental incompleto	697	49,25	720	49,07	3,3
Nível de instrução	Ensino fundamental completo	991	42,18	1.034	43,61	4,34
	Ensino médio incompleto	958	-3,33	1.004	-2,9	4,8
	Ensino médio completo	1.244	29,85	1.286	28,09	3,38
	Ensino superior incompleto	1.739	39,79	1.865	45,02	7,24
	Ensino superior completo	3.114	79,07	3.432	84,02	10,21
	Branca	1.742	-	1.894	-	8,72
Cor ou raça	Preta	1.267	-27,27	1.338	-29,35	5,6
	Parda	1.278	0,87	1.353	1,12	5,87

Nota 1: zero (0) resultante do cálculo.

Nota 2: “-” isolado na célula corresponde ao zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento.

Desse modo, os dados da Tabela 10, que se referem ao rendimento médio real habitualmente recebido por mês no trabalho principal e em todos os trabalhos, ajudam a explicar ser o grupo de cor ou raça autodeclarada preta também o mais vulnerável laboralmente do ponto de vista remuneratório. Apesar de trabalharem habitualmente mais horas semanalmente do que as pessoas pardas, aquelas recebem, em média, menor remuneração por hora trabalhada. Senão, vejamos o seguinte exercício numérico: considerando que um mês tem quatro (4) semanas, ao multiplicar o número de horas habitualmente trabalhadas semanalmente por quatro (4) teremos o equivalente a quantidade de horas mensalmente necessárias para auferir o rendimento médio real (R\$) apresentado na Tabela 10. Dividindo o rendimento médio real habitualmente recebido por mês de cada célula da Tabela 10 pelo resultado da multiplicação por quatro correspondentes as horas necessárias para auferi-lo em cada célula da Tabela 9, teremos o salário por hora trabalhada⁷ por cor ou raça, apresentados na Tabela 11.

⁷ Valores fictícios, já que o exercício numérico proposto é meramente didático.

Tabela 11 – Exercício numérico – Salário por hora trabalhada

Categoria	Grupo	No trabalho principal	Em todos os trabalhos
Cor ou raça	Branca	1.742/137,2 = 12,70	1.894/143,6 = 13,19
	Preta	1.267/132,4 = 9,56	1.338/138,0 = 9,70
	Parda	1.278/129,6 = 9,86	1.353/133,6 = 10,12

Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com os resultados do exercício proposto, verifica-se que o salário relativo e absoluto por hora trabalhada das pessoas autodeclaradas pardas é maior do que a das pretas, 3,13% (R\$ 0,30) a mais no trabalho principal e 4,33% (R\$ 0,42) a mais quando considerado todos os trabalhos. Conclui-se que o grupo de cor ou raça preta trabalha, em média, mais horas por remunerações comparativamente mais baixas em relação aos demais grupos. Esclarecido este ponto, destaca-se também a distância remuneratória das pessoas autodeclaradas brancas em relação aos demais grupos, atestada pelo rendimento médio real visto na Tabela 10: no trabalho principal recebem R\$ 1.742,00 (27,27% a mais do que as pretas e 26,64% a mais do que as pardas) e em todos os trabalhos R\$ 1.894,00 (29,36% a mais do que as pretas e 28,57% a mais do que as pardas).

Quanto aos outros grupos da Tabela 10, observa-se isoladamente, padrão de comportamento análogo aos demais apresentados por cada categoria de análise específica: recebem significativamente menos (em média) as mulheres, as pessoas entre 18 e 24 anos de idade (exclusas as entre 14 e 17 anos, por motivos expostos anteriormente) e aquelas com até o ensino fundamental incompleto. Cabe frisar que precisamente os grupos identificados como os mais vulneráveis laboralmente, no Piauí são os que auferem percentualmente o menor diferencial de rendimento médio real habitualmente por mês em todos os trabalhos quando comparado ao trabalho principal: 5,89% no caso das mulheres, 2,17% no caso das pessoas entre 18 e 24 anos, 3,3% no caso das que têm ensino fundamental incompleto e 5,6% no caso de ser autodeclarado da cor ou raça preta.

A constatação anterior é também verdadeira se aplicada ao contrário, isto é, para os grupos que foram identificados como os menos vulneráveis laboralmente no Piauí. Estes apresentam a maior diferença entre o rendimento médio de todos os trabalhos e o do trabalho principal: 6,78% para os homens, 6,9% para as pessoas entre 40 e 59 anos, 10,21% para as que têm ensino superior completo e 8,72% no caso de serem autodeclarados da cor ou raça branca. Pode-se aventar que isso ocorre por suas maiores capacitações laborais (mais especializadas, em média) permitirem explorar outras atividades remuneradas que não apenas àquelas derivadas dos seus trabalhos principais, apresentando globalmente maior potencial de recebimento monetário (valor agregado) por elas em relação aos demais grupos sob análise.

Por fim, mas não menos importante, alguns comentários sobre a diferença de rendimento médio mensal dentre os grupos que compõem cada categoria de análise são necessários. Por sexo, nota-se que as mulheres recebem menos de quatro quintos da remuneração dos homens, no trabalho principal (R\$ 1.171,00 ante R\$ 1.490,00) e em todos os trabalhos (R\$ 1.241,00 ante R\$ 1.591,00). Por idade, nota-se que quanto maior a faixa etária, maior é a remuneração média recebida (exceção ao grupo das pessoas com 60 anos ou mais, que apresenta queda de mais de 20% em comparação com o grupo de 40 a 59 anos, pelas peculiaridades já descritas anteriormente). Por nível de instrução, observa-se que quanto maior o grau de escolaridade, tendencialmente maior é a remuneração média habitualmente recebida por mês (por exemplo, no trabalho principal, quem tem ensino superior completo ganha em média 6,7 vezes mais do que quem é sem instrução e tem menos de 1 ano de estudo; em todos os trabalhos essa diferença é 7,1 vezes maior). Por cor ou raça, o grupo formado por pessoas autodeclaradas pretas recebem remuneração mensal média quase 30% inferior à do grupo formado por pessoas autodeclaradas brancas, no trabalho principal (-27,27%) e em todos os trabalhos (-29,35%) – mas bem próximas ao rendimento médio mensal do grupo formado por pessoas autodeclaradas pardas (cerca de 1% superior às pretas e 25% inferior às brancas).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E OBSERVAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com base nos dados oficiais divulgados pela PNADC/T-IBGE (2021), referentes ao 4º trimestre de 2020, o primeiro objetivo deste boletim do mercado de trabalho piauiense foi analisar os aspectos mais gerais do labor no Estado. Para tanto, foram consultados e apresentados indicadores selecionados comparando o 4º trimestre de 2020 com o 4º de 2019 e com o 3º de 2020. A título de ilustração argumentativa, fez-se o contraste destes indicadores com alguns dados do Brasil e das UFs.

Verificou-se que, em relação ao trimestre imediatamente anterior, de modo geral no 4º trimestre de 2020 houve ligeira retomada do funcionamento do mercado de trabalho no Estado do Piauí. Os dados revelam que a taxa de desemprego caiu e mais pessoas passaram a compor a força de trabalho, haja vista que a reabertura econômica – condicionada pela maior ou menor intensidade da pandemia, conforme monitoramentos e decisões dos profissionais da saúde e agentes públicos – incentivou a oferta de trabalho e também a demanda por trabalho. Examinadas em conjunto, as categorias por trabalho específico e as ocupações por grupamentos de atividade do trabalho principal atestam alguma recuperação efetiva da dinâmica laboral no Estado. Contudo, a taxa composta de subutilização da força de trabalho e a taxa de informalidade seguem historicamente altas e crescentes. Esses problemas foram aprofundados ao longo da pandemia, porém, são questões crônicas do mercado laboral do Piauí.

Já ao comparar as variáveis selecionadas do 4º trimestre de 2020 com as mesmas variáveis do 4º trimestre de 2019, observa-se que o mercado laboral piauiense segue distante dos patamares existentes antes de eclodir a pandemia de novo coronavírus, situação que (bem verdade) aflige tanto o país como um todo quanto às suas Unidades Federativas. Só ao debelar a pandemia por completo será possível voltar ao pleno funcionamento do mercado de trabalho, em um outro contexto chamado de “novo normal” – dadas as rápidas e profundas transformações pelas quais passa o mundo do trabalho.

Dadas as considerações feitas nesta primeira parte deste documento, a expectativa no tocante às políticas públicas em meio ao período pandêmico são: i) a manutenção das transferências diretas de renda dos entes públicos à parcela da PIA que nesse momento está impedida de laborar; ii) a concessão de crédito de baixo custo ou mesmo de apoio financeiro “a fundo perdido” (condicionado à proteção dos empregos sob regramentos pré-estabelecidos) aos empreendedores de pequeno e médio porte. Desde o início da pandemia, essas iniciativas têm sido as mais adotadas por diversos países mundo afora, na intenção de conter (parcialmente, ao menos) os efeitos danosos desse período sobre as economias e as sociedades. Desse modo, considera-se que iniciativas em andamento que tenham este propósito devem ser mantidas e fortalecidas por parte dos entes públicos, sob critérios claros e focais (atendendo àqueles que realmente delas dependem, com responsabilidade orçamentária).

Obviamente, a vacinação em massa deve ser o objetivo principal neste momento, pois significará a superação da pandemia e o conseqüente destravamento do mercado de trabalho mediante normalização das atividades econômicas e sociais. Esta medida conjuntural (de curto prazo) permitirá a implementação de políticas públicas com foco nos problemas estruturais (de longo prazo), em que se considera sobretudo a alta taxa composta de subutilização da força de trabalho e a alta taxa de informalidade, questões essenciais a serem enfrentadas. Frisa-se que focalizar os grupos mais vulneráveis listados, neste texto, acarretará melhoria das duas taxas comentadas, já que grande parte dos contingentes laborais estão sujeitos aos trabalhos precarizados com pouca ou nenhuma garantia de acesso aos direitos trabalhistas. É mister trabalhar com metas a serem atingidas nos quesitos citados.

O segundo objetivo deste boletim do mercado de trabalho piauiense foi identificar, dentro de cada categoria de análise selecionada, os grupos sujeitos a maior vulnerabilidade laboral. Tendo como base os microdados do IBGE-PNADC/T (2021), referentes ao 1º trimestre de 2020 (última referência disponível para o Estado), a investigação revelou que na PIA estão mais vulneráveis: i) por sexo, as mulheres; ii) por idade, os jovens entre 18 e 24 anos; iii) por cor ou raça, as pessoas autodeclaradas pretas; iv) por nível de instrução, as pessoas circunscritas àquelas com ensino fundamental incompleto.

À primeira vista, os grupos elencados não são novidade no contexto sócio-histórico brasileiro, já que a formação e as muitas formas de reprodução desta estrutura levam a constatação de que eles são os mais restringidos de (melhores) oportunidades (também) no mercado de trabalho. A novidade é apresentar tais grupos para o mercado de trabalho piauiense de modo quantitativo, dando a eles maior visibilidade, com que se oferece a opção de implementar políticas públicas neles focalizadas e, portanto, com maior probabilidade de serem eficazes, eficientes e efetivas.

Na categoria de análise por sexo, as mulheres, que têm legitimamente alçado condição menos díspar ano após ano em relação aos homens, ainda estão em condição aquém do desejado por uma economia e sociedade nas quais elas representam mais de 50% da população total e da PIA. É preciso avançar para “equilibrar a balança” das oportunidades de trabalho neste aspecto, tanto no que diz respeito a ocupação da mulher em postos-chave (de liderança, sobretudo) quanto na remuneração auferida ao desempenhar atividades laborais idênticas aos homens. Implementar políticas públicas que propiciem condições para que se ausentem de casa para trabalhar (como, por exemplo, creches para as que têm filhos pequenos) é muito importante. Garantir seus direitos trabalhistas e a possibilidade de adquirirem autonomia econômica idem.

Na categoria de análise correspondente às faixas de idade, restou claro que a parcela mais jovem da PIA apresenta maiores obstáculos à inserção laboral quando comparadas aos demais grupos. São os que estão entre 18 e 24 anos que, na média, com baixa qualificação profissional e pouco tempo de experiência profissional, estão mais sujeitos a ocuparem (se encontrarem) postos de trabalho em geral mais precarizados. Abarcando também o grupo de 14 a 17 anos, estabelecer e reforçar parcerias com instituições que elevem o nível de qualificação médio desta mão de obra entrante é iniciativa desejável. Desenhos adequados (no sentido de evitar-se externalidades negativas) de incentivos aos empregadores para contratação destes jovens (por vezes no primeiro emprego) também são oportunos.

Quanto à categoria de análise por nível de instrução, constatou-se o fosso educacional entre os grupos mais e menos escolarizados, com o desequilíbrio quantitativo pendendo claramente na direção da baixa escolarização média da PIA. O grupo com ensino fundamental incompleto é o maior contingente verificado (desproporcional em relação ao tamanho dos demais grupos), mais vulneráveis por serem sabidamente pouco competitivos no mercado laboral (pela parca qualificação e especialização, ocupam postos de trabalho de baixa remuneração média). Neste caso, políticas socioeducacionais devem ser a tônica, sobretudo em um esforço conjunto para que os jovens concluam o ensino fundamental – e o médio, preferencialmente – em idade escolar aderente ao ano de ensino curricular. Melhor ainda seria tal medida sincronizada à entrada destes jovens no mercado laboral.

Já na categoria cor ou raça, a inserção laboral da PIA autodeclarada preta deve ser olhada com maior atenção pelos entes competentes, já que, no caso do Piauí, apesar de serem proporcionalmente minoria, apresentam potencial de modificar estruturalmente o mercado de trabalho caso políticas focalizadas sejam efetivadas. Amparar-se nas políticas afirmativas e garantir a aplicação de leis já existentes (o chamado *self-enforcement*) pode ser promissor neste sentido.

Importante ressaltar que a investigação proposta para esta segunda parte do relatório centrou-se na identificação do grupo mais vulnerável dentro de cada categoria de análise, não estabelecendo conexões entre os grupos encontrados. Ocorre que, não raro, determinado indivíduo enquadra-se em mais de um grupo, com que se deve ponderar esta questão ao formular políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho. Por exemplo, do ponto de vista exclusivamente quantitativo, a focalização em políticas públicas voltadas à inserção laboral das mulheres jovens de baixa escolaridade autodeclaradas pretas – que conjuga os quatro grupos estatisticamente mais vulneráveis no mercado de trabalho piauiense – tende a ser mais promissora em termos de impactos positivos e tem maior potencial de modificar a estrutura laboral no estado.

Uma limitação deste estudo que merece destaque é o fato ser uma análise de estatística descritiva, que destaca os pontos julgados relevantes do ponto de vista exclusivamente quantitativo. Análises qualitativas e quali-quantitativas permitirão aprofundar pontos levantados aqui, certamente complementando as investigações a respeito dos grupos mais vulneráveis laboralmente no Piauí.

Outra limitação que convém citar é que a análise aqui empreendida teve caráter estático, investigando o que os dados revelaram para algum trimestre específico. Aplicar a mesma análise em uma perspectiva dinâmica (seriada, averiguando vários períodos em sequência) tornará a investigação mais rica no que se refere às flutuações ao longo do tempo. Permitiria, por exemplo, estabelecer maiores relações com o comportamento da economia e da sociedade no estado e no Brasil temporalmente.

Como estudos futuros sob o mesmo prisma proposto nesta investigação, pode-se selecionar outras categorias de análise, tais como: i) a população rural, que pelo Censo de 2010 (IBGE, 2012), naquele ano foi de 34,26% no Piauí; ii) as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, que, também conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2012), acometiam naquele ano 24% dos brasileiros; iii) informais em relação aos formais. Evidenciar as diferenças entre os grupos enriqueceria o debate.

Por fim, mas não menos importante, espera-se que este material possa surtir em resultados concretos no sentido de melhorar as condições de trabalho (e de vida) da população. Que possa chegar às mãos dos *policymakers* do Estado do Piauí, sensibilizando-os ao ponto de agir (leia-se, terem vontade política) com o intuito de promoverem mais e melhores oportunidades à cidadania. Quem se beneficiará desta iniciativa será a economia e a sociedade piauiense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 9 out. 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Nota Técnica - Informações referentes à divulgação dos dados do 2º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE-PNADC, 31 de agosto de 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Divulgacao_2Tri2020_Agosto_2020.pdf. Acesso em: 24 out.2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T). Piauí. Brasília: IBGE-PNADC/T, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/piaui>. Acesso em: 24 out.2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Covid-19 (PNAD/Covid-19). Brasil. Brasília: PNAD/Covid-19, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 24 out.2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Mensal (PNADC/M). Brasil. Brasília: PNADC/M, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm/brasil>. Acesso em: 24 out.2021.